



**Conferência "Os Sistemas Judiciários na Comunidade de Países e Territórios de Língua Portuguesa"
e Assinatura do Protocolo da Rede Judiciária Informática da CPTLP**

A próxima reunião do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa vai decorrer em Lisboa, a 27 e 28 de Outubro de 2004. Trata-se de uma conferência extraordinária do Fórum, organizada pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) português e subordinada ao tema «Os Sistemas Judiciários da Comunidade de Países e Territórios de Língua Portuguesa» (CPTLP).

Esta conferência extraordinária dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa acontece entre a V Conferência, realizada em Macau no ano passado, e a VI Conferência, que terá lugar no Brasil em 2005. Além das intervenções sobre o tema, o encontro em Lisboa será assinalado, designadamente, pela assinatura do protocolo da nova rede judiciária informática, que pretende disponibilizar os meios informáticos adequados a tornar cada vez mais efectiva a informação recolhida e a recolher.

O objectivo de tal protocolo consiste em garantir o avanço conjunto do processo comum que está a ser desenvolvido por todos os membros do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, dando continuidade aos temas debatidos e conclusões saídas das conferências regulares, que são bienais. O alcance do evento em Lisboa centra-se, em especial, na prevista instalação de uma rede informática, que servirá para reforçar o estreitamento dos laços de cooperação entre todos os países e territórios membros e da comunidade judiciária que constituem.

De acordo com uma decisão de 2003 incluída no comunicado final da V Conferência, o STJ português tem a seu cargo o papel de Secretariado Permanente daquele Fórum, o qual integra já os Presidentes dos Supremos Tribunais da totalidade da CPTLP, com as mais recentes adesões do Tribunal de Recurso de Timor-Leste e do Tribunal de Última Instância da Região Administrativa Especial de Macau. Na altura, comprometeu-se igualmente o STJ a criar um site na Internet dedicado à comunidade judiciária representada pelos membros do Fórum e que se encontra já alocado e a funcionar.

O site comum apresenta a Constituição e a organização judiciária de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, podendo ser acedido, por exemplo, através de um link no próprio site do STJ (www.stj.pt). Com esse primeiro passo, que tem permitido coligir e ir alocando na Web a informação referente a legislação, jurisprudência e doutrina de cada membro, se estabeleceu o embrião do próximo passo a lançar: a Rede Judiciária da CPTLP.

Além de todo esse conjunto de informações referentes a cada membro, é também nessas páginas da Internet (www.stj.pt/cptlp/) que pode encontrar-se o Estatuto do Fórum, com a consagração dos princípios que unem a comunidade judiciária lusófona. O documento foi concluído e assinado em 2003, em resultado da iniciativa que começara em 1996 com um Encontro dos Presidentes dos Supremos Tribunais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Portugal, realizado em Lisboa, e se alargara já em 2000 com uma Declaração dos Presidentes e Representantes dos Supremos Tribunais Judiciais de Países de Língua Portuguesa, no final do encontro que teve lugar no Recife, por ocasião de um evento comemorativo dos 500 anos do Brasil.